

BREVE ESTUDO SOBRE AS RELIGIÕES MAIS PRATICADAS NO MUNDO

Jéssica Pereira STADELLA¹
Marivaldo GOUVEIA²

RESUMO: O mundo está vivendo uma explosão de evolução. Não se pode esperar, então, que o homem queira a todo custo mostrar para os mais evoluídos o que a sua religião pode proporcionar à humanidade. Ou seja, quanto mais o homem evolui mais ele quer se aproximar de seu deus, cada qual com o seu. Neste sentido, ele tenta mostrar aos seus semelhantes como é a vida com esse deus, o que ele tem para lhe ensinar, e o que ele pode ganhar com uma vida religiosa. E ele tenta fazer isso através dos mecanismos que geram publicidade e, sendo assim, é muito comum ver em redes sociais, rádios e televisões movimentos (principalmente jovens) que levam à uma doutrina religiosa. Apesar das muitas existentes, a religião que tem mais adeptos no mundo continua sendo a cristã, e, especificamente, a católica. Apesar do lado espiritual que ela traz à pessoa, religião é sempre um assunto muito delicado de lidar, eis que já gerou verdadeiras guerras entre os povos do mundo todo. Talvez esse seja o principal motivo eu o Brasil adotou o princípio de um Estado laico, sem pender para uma religião, de modo que haja justiça no país, sem a incidência de qualquer intolerância religiosa. Por isso, é necessária a conscientização de que a religião move o homem, e este move o mundo, e sem ela não há que se falar em uma vida moral, em ética, em formação de ideias, ou em uma criação do mundo. E é para isto que se faz necessário, através deste curto estudo, estudar um pouco de cada religião e entender o que o homem mais quer: conhecer o seu criador.

Palavras-chave: Religião; Criador; Liberdade Religiosa.

1 INTRODUÇÃO

O homem sempre esteve em busca do seu íntimo ao mesmo tempo em que busca o poder. Desde os primórdios, o mais forte sobrevive e exerce sua influência sobre os mais fracos. A ideia de uma sociedade hominídea começou no instante em que o homem necessitou da ajuda de outras pessoas, fosse para caçar, se alimentar, ou se abrigar. A partir daí, formaram-se os grupos.

¹ Discente do 1º ano do curso de Direito das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. E-mail: jeh_stadella@hotmail.com.

² Docente do curso de Direito das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. E-mail: mgouveia@unitoledo.br.

Tais grupos tinham características em comum e eram liderados por aquele que demonstrasse ser detentor do braço mais forte, da coragem mais acentuada, da maior convicção. Os outros o seguiam como um aprendiz segue o mestre, ou seja, aprendiam com ele, agiam como ele agia, comia como ele, e queriam ser como ele.

Vislumbra-se de tal ideia o surgimento do homem pensante, hábil, capaz de influenciar as pessoas de seu grupo e fazê-las ter o mesmo comportamento e ideias. Cada grupo formado seguia apenas o seu mestre e não se misturava com os outros. Dentro deste, percebe-se uma primitiva forma de política, eis que o chefe exercia papel de presidente, e os integrantes do grupo formavam uma sociedade a ser governada.

Desde então, o homem tem seguido com seu grupo pelo planeta, popularizando seus costumes e convidando aquele que quiser participar a seguir os seus passos. E quanto maior um grupo, maior a necessidade de se discipliná-lo.

Pronto! Está formado o campo propício à propagação da política e formação do Estado. E não há lugar em que a religião não tenha influenciado a sua criação. E, por outro lado, formado um grupo organizado surgem os costumes e crenças entre eles.

A principal crença estigmatizada é a do ser superior. Toda e qualquer religião já criada, nova ou extinta, tem relação com um ser supremo, aquele que as criou. Existindo tal ser, arrasta-se uma série de proibições e condições para alcançá-lo. E neste caso, cada religião tem o seu ser e o seu modo de chegar aonde ele está.

Em tais modos reconhecemos o surgimento dos costumes, pois se uma pessoa disser “faça assim” ou “não faça isso” as outras irão se espelhar nela e difundir a ideia entre o resto do grupo, e até mesmo em membros de outros grupos para que, ao agir igualmente, se fortalecerão cada vez, até a criação daquele Estado mencionado. E é aí que começam os conflitos, pois um quer ter poder sobre o outro e, se houver mais de uma religião neste mesmo Estado, haverá conflitos.

Criado tal conflito, completa-se a margem para apreciar o estudo dessas influências sobre o ser humano, eis que o homem sempre procurou entender a criação do seu ser e a formação de seu grupo. A religião tem, ao longo dos séculos e milênios, influenciado todas as nações ao redor do mundo, gerenciando o modo de pensar e julgar das pessoas. Graças a ela, o Brasil mantém a moral e os

bons costumes ainda em voga, usando a política como principal palco para fluir entre aqueles que comandam os povos.

Demais disso, conclui-se que a religião sempre esteve junto da política e nunca irão se separar. Mas antes de formar um grupo, necessita-se entender como agir em cada um e como será a repercussão dessa influência.

E como, hoje, é quase impossível relacionar de modo resumido todas as religiões no mundo, a frente há uma breve compilação das cinco religiões mais praticadas no mundo, quais sejam Budismo, Judaísmo, Hinduísmo, Islamismo e Cristianismo, com o objetivo de entender cada vez mais o ser pensante. E, para isso, foram usados os métodos dedutivo, hipotético, comparativo e histórico, concluindo-se que o homem que está ligado ao seu ser criador tenta levar uma vida correta, fazendo-se influenciar outras pessoas para que sigam sua mesma linha de pensamento, sendo que a religião foi a primeira forma de doutrina (e principalmente “jurisprudência”) existente.

2 RELIGIÕES

Quando se fala em religião logo pensamos que ela é norteadora por um deus. Em todas as existentes há uma figura central que é procurada para resolver os problemas humanos. Entretanto, nem sempre foi assim.

O homem viveu muito tempo sem um ser divino que o guiasse, sem ter a necessidade de se curvar diante de alguém que oferecesse proteção, como sempre se ouve nas histórias de deuses.

É certo então dizer que mesmo sem um deus o homem construiu sua ética. O que hoje advém dos mandamentos de Deus, o homem já praticava há séculos, pois o princípio de ética não está ligado à religião. Separada desde tanto tempo, a ética foi a primeira professora do homem, ensinando-o a dar os primeiros passos há milênios, constituindo seus valores morais e coletivos.

Mas necessário se faz definir o que é ética. Nessa perspectiva, diz Adolfo Sánchez Vázquez (2010, p. 23) que “a ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano.”

Ou seja, a ética está ligada ao íntimo humano, ao que o homem é, ao que ele quer ser, e ao que pode ser. Procurando construir o seu ser, é que o homem formou a religião e trouxe para esta os princípios que norteiam a ética.

Exemplificando a relação entre elas, surgem os questionamentos: “É certo acobertar o amigo X, que está cometendo um crime, em nome da amizade?”, “É bom o homem que faz o bem à noite, mas maltrata sua família de dia?”, “É certo cumprir uma promessa que fiz no passado, mas que irá prejudicar alguém no futuro?”. Como responder às questões sem ponderar a comunidade? Não há como. O homem sempre tentou fazer o certo, mas às vezes o certo prejudicará alguém próximo, e ele busca uma maneira de se redimir dessa culpa. E é aí que entra o papel do ser divino.

É maciço dizer que nas religiões existentes no mundo, incluindo-se as que foram extintas, sempre houve um ser maior, aquele em que o grupo quer se espelhar. Não é necessariamente um deus, talvez possa ser apenas um homem que seja o precursor dela, mas sempre há a figura de alguém liderando o grupo.

Ora, todo grupo precisa de um líder, se não o houvesse haveria uma anarquia envolta. E deste modo, o homem não conseguiria manter-se nele.

Mesmo com a criação da religião o homem continuou desenvolvendo seus preceitos morais e éticos, guardando-os dentro da religião, usando-os para justificar as ações que tomou em determinada situação, eis que Adolfo Sánchez Vazquez (2010, p.17) assim o diz:

A ética poderá dizer-lhe, em geral, o que é um comportamento pautado por normas, ou em que consiste o fim – o bom – visado pelo comportamento moral, do qual faz parte o procedimento do indivíduo concreto ou o de todos. O problema do que fazer em cada situação concreta é um problema prático-moral e não teórico-ético. Ao contrário, definir o que é o bom não é um problema moral cuja solução caiba ao indivíduo em cada caso particular, mas um problema geral de caráter teórico, de competência do investigador da moral, ou seja, do ético.

Ele ainda explica que a limitação ao desenvolvimento do homem é chamada de “‘expressão da miséria real’, trazendo como solução a religião, que resolve o problema em um plano fora do real, completando, assim, o “protesto contra a miséria real”” (2010, p.89).

Vê-se, então, que o homem, como ser pensante que é, busca o saber, e muito mais do que suas necessidades básicas. Ora, se isso não fosse verdade, por que então haveria o homem de procurar vida em outros planetas? Por que tanta

necessidade de saber se está sozinho no universo? Porque quer ter alguém para ensinar e alguém para aprender mais. Porque é ser animado, e aquele que tem vida quer vivê-la intensamente e saber quem a fez assim. Um visitante sempre quer saber quem é o dono da casa, e como a única certeza que há na vida é a morte o homem quer saber quem é o dono do mundo.

Ao perceber tais coisas ao seu redor, o homem começou a questioná-las e a perceber mais as coisas animadas. A partir de então, ele começou a perceber os fenômenos do mundo natural. Neste, a cada coisa que acontecia ele associava a um dono, ou melhor, a um deus. Temos como exemplo Poseidon, que é o deus do mar, Afrodite, deusa do amor, e Zeus, deus dos raios e dos deuses.

Mas junto com essa criação criou-se no homem uma mistura de medo e veneração. Ao mesmo tempo que temia seu deus ele também o amava. Para lembrar-se deles sempre houveram festas, cultos e templos, onde podiam conversar com o deus seguido e refletir. Se o deus estivesse furioso com algo que tivessem feito ofereciam sacrifícios, inclusive humanos.

Dessa maneira, em cada época e em cada lugar surgia uma religião de acordo com o povo que ali morasse. E junto com essa religião cada povo desenvolveu um costume. Para exemplificar, vejam-se que as religiões orientais consomem muito pouco ou nada de carne, especialmente a vermelha. É que na maioria, os animais são considerados seres puros, diferentes dos humanos, e não devem ser comidos. Na Índia, as vacas são animais sagrados, e comê-las constitui crime.

E ainda, à cada religião foram agregados diferentes valores sociais. No Cristianismo, muito do que se pode extrair da Bíblia é usado no cotidiano das pessoas. Ou seja, o crime de homicídio, embora punido ao redor do mundo, tem fundamento em um dos mandamentos da lei de Deus, que diz “não matarás”. Os valores éticos e morais advêm da percepção e do mito que se criou em volta deste deus. Se ele ensina como se deve agir, todos querem agir como ele, construindo, assim, os pilares da moral humana de acordo com tais regras e normas.

Gilberto Cotrim (2002, p.127) resume o estudo de São Tomás de Aquino, no qual ele mostra cinco provas da existência de Deus. E a primeira destas provas é talvez a mais interessante para se compreender a necessidade de um ser superior:

O primeiro motor: tudo aquilo que se move é movido por outro ser. Por sua vez, este outro ser, para que se mova, necessita também que seja movido por outro ser. E assim sucessivamente. Se não houvesse um primeiro ser movente, cairíamos num processo indefinido. Logo, conclui Tomás de Aquino, é necessário chegar a um primeiro ser movente que não seja movido por nenhum outro. Esse ser é Deus.

Bem se vê então que o homem sempre procurou a origem de sua existência, encontrando guarida na criação divina, nos preceitos religiosos, sendo cada qual com a sua crença. E isto é o que se verá mais a frente, com um breve caminho pelas religiões com mais seguidores no mundo.

2.1 Budismo

O fundador do Budismo, uma das religiões com mais adeptos no mundo, é Sidarta Gautama, ou Buda.

Conforme a história, Sidarta era um príncipe cercado de luxo e riqueza. Porém, cansado do materialismo, renunciou às riquezas e facilidades da vida para viver na floresta após ver as dificuldades que encontrou em seu reino. Foi a partir deste ato que passou a alcançar o esclarecimento e tornou-se Buda.

Durante o seu retiro, Sidarta passou a refletir sobre o sofrimento e procurar o caminho da libertação das encarnações, tornando-se puro, ou seja, alcançou o nirvana, que é o estado de libertação definitiva. Daí em diante, passou a disseminar a compaixão entre os seus seguidores. Diante disto, Giovanna Messinetti mostra a doutrina budista em sua monografia (2005, p.23):

Os sentimentos de amor e compaixão são os pontos centrais da doutrina budista e estão sintetizados em cinco regras de conduta que os budistas devem seguir, quais sejam: não fazer mal a nenhuma criatura viva; não tomar aquilo que não lhe foi dado (não roubar); não se comportar de modo irresponsável nos prazeres sensuais; não falar falsidade e não se entorpecer com álcool e drogas.

A doutrina budista surgiu nos séculos VI e V a.C. Tem fundamento no *tripitaka* (“coleção tríplice”), o conjunto das escrituras budistas que compõem os ensinamentos de Buda. E, para tanto, esclarece Michel Reeber (2002, p.56):

Os fundamentos da doutrina acham-se contidos nas Quatro Nobres Verdades proclamadas por Sidarta Gautama: toda existência é dolorosa, a origem da dor é o desejo, pelo qual se fica acorrentado ao samsara (ciclo

perpétuo dos renascimentos); a abolição do desejo dá um fim ao sofrimento; o caminho da libertação consiste em seguir as regras de moralidade, meditação, sabedoria e conhecimento ensinadas no “caminho nobre” (o Caminho Óctuplo ou astapada). Liberto do samsara alcança-se o nirvana (“extinção”), o estado do despertar (bodhi) caracterizado pela dissolução do eu individual no brahman, a realidade suprema.

O budismo é mais disseminado no oriente (Índia, China, Tibet e Japão), mas vem ganhando força na expansão ao ocidente. São orientados pelos gurus e monges, entre outros, os quais mostram o caminho pala a libertação do ser, orientando para que aprendam a se desprender do luxo e viver em caridade com seus semelhantes, sempre buscando fazer o bem.

Entretanto, os países em que se difunde o Budismo são marcados por severas punições do Estado por influência dessa religião. Há um extenso histórico de Imperialismo nestes países, como exemplo da China, que, por fortemente religiosos que são, podem facilmente cometer suicídio por alguma mácula que possa ter em sua honra. Por isso, sempre houve muita repressão dos imperadores e governadores nos Estados em que há prevalência do Budismo, sendo eles muito marcados por uma história de ensinamentos evidentemente voltados à honra da pessoa e à sua punição legal pública, caso haja descumprimento dos ensinamentos ou ato desonroso para a família.

2.2 Hinduísmo

O Hinduísmo é uma religião extremamente tradicional, que segue à risca os ensinamentos de seus deuses. A trindade hindu, que é composta dos deuses mais importantes, tem como formação Vishnu, Shiva e Brahma, entre outras divindades individuais. Eles pregam a divindade pessoal, a qual pode ser encontrada em qualquer coisa. Eles adoram o chamado “cósmico”, o qual é adorado de várias formas, através de vários deuses.

As famílias indianas são divididas em castas. Quanto mais rica a casta, mais importante ela é na influência política. Para melhor entendimento, as castas hindus tem como principal separação a do seguinte quadro, extraído do site *Wikipedia* (http://pt.wikipedia.org/wiki/Sistema_de_castas_da_%C3%8Dndia):



Os hindus, com tal divisão de castas, são norteados pelo Código de Manu (2000 a.C. a 200 a.C.), sendo um direito determinado pela divisão social. Manu, filho de Brahma, é considerado o legislador mais antigo do mundo.

Neste sentido, diz o artigo retirado da internet que revela uma parte do Código de Manu, com endereço <http://www.ufra.edu.br/legislacao/CODIGO%20DE%20MANU.pdf> :

Lembramos que o Código de Hamurabi, mais antigo que o de Manu em pelo menos 1500 anos, não se trata de um verdadeiro código no sentido técnico da palavra, mas de uma coletânea de normas que abrange vários assuntos e preceitos.

E ainda:

Redigido em forma poética e imaginosa, as regras no Código de Manu são expostas em versos. Cada regra consta de dois versos cuja metrificação, segundo os indianos, teria sido inventada por um santo eremita chamado Valmiki , em torno do ano 1500 a.C.

Apesar da grande compreensão e tolerância dogmática, é difícil definir o termo hinduísmo, sendo mais comumente definido como tradição religiosa do que uma religião, mas é considerada religião mais antiga do mundo, com registros pré-históricos, ficando à frente, até mesmo, do Judaísmo.

2.3 Judaísmo

Os judeus dizem de si próprios serem o “povo eleito”, eis que Deus teria feito uma aliança com os Hebreus, os quais povoam, predominantemente, Israel. É, talvez, a religião mais antiga existente, sendo que até mesmo Jesus, o homem mais influente da religião cristã, era judeu.

Tem como fundador Abraão. Foi com esta religião que surgiram Os Dez Mandamentos, que foi difundindo entre o povo da Judeia (origem do nome) através de Moisés. Ela nasceu no meio de faraós, no meio da escravidão. Nasceu, então, a ideia monoteísta, ou seja, eles acreditavam num só deus.

Assim diz Giovanna Messinetti (p. 17, 2005):

A libertação do povo judeu ocorreu no ano de 1300 a.C. e foi Moisés quem comandou a fuga desse povo, que outrora estava sendo escravizado. Foi a Moisés que Deus entregou, no Monte Sinai, as duas Tábuas da Lei com os Dez Mandamentos; tais mandamentos eram as leis que o povo israelita deveria obedecer.

Esta lei formou o conjunto de ensinamento judeu transmitindo, através do *Torá* e do *Talmud*, suas leis, regras e princípios morais, as legalidades utilizadas pelos rabinos e juízes para orientar os judeus e, para eles, Deus é um só, cultuando-o na sinagoga. Entre seus rituais mais comuns, estão os *bar mitzvá* e o *bat mitzvá*, que ocorre quando os meninos e as meninas, respectivamente, passam para a vida adulta.

O país em que o judaísmo é mais difundido é em Israel. Entretanto, nem sempre foi assim. Em 722 a.C., Israel foi tomada pelos impérios neobabilônicos, acarretando a dispersão do povo pelo mundo. Deste modo, eles imigraram para os países da Europa. Aqueles que foram para a Alemanha foram vítimas do maior massacre a judeus na era moderna: o holocausto. Os alemães pregavam a pureza da raça ariana e, segundo diziam, os judeus não faziam parte dela, devendo ser dizimados ou, no mínimo, exilados. Muitos conseguiram fugir, mas outros 6 milhões de judeus não conseguiram fugir ao regime nazista, o qual excluía, também, os negros, homossexuais e não-católicos.

Aqueles que conseguiram fugir vivem hoje, na maior parte, em Israel e nos Estados Unidos. Eles se dividem em ortodoxos (acreditam que a *Torá* é lei

divina e imutável), conservadores (que argumentam que a lei deve se adequar à vida moderna) e reformistas (continuam seguindo as tradições, mas também seguem as mudanças do mundo). Apesar de ter conseguido fugir, as lembranças ficam marcadas na memória eternamente.

2.4 Islamismo

O islamismo é a religião que seguem aqueles que acreditam que Maomé foi o último profeta de Deus, trazendo para eles o Corão (ou Alcorão), que é o livro que traz a palavra de Deus (ou Alá), e isso literalmente. Eles são chamados de islâmicos ou muçulmanos.

Assim acreditam os muçulmanos, conforme o texto Islamismo do *Wikipedia*:

Os muçulmanos acreditam que Deus é único e incomparável e o propósito da existência é adorá-Lo. Eles também acreditam que o islã é a versão completa e universal de uma fé primordial que foi revelada em muitas épocas e lugares anteriores, incluindo por meio de Abraão, Moisés e Jesus, que eles consideram profetas.

A religião islâmica, apesar de espalhada pela América e Europa, é a segunda maior em números, eis que as “populações árabes” são quase que completamente islâmicas. Tal religião engloba não são dogmas religiosos, mas principalmente políticos e, sendo assim, os muçulmanos seguem religiosamente os ensinamentos políticos, e neste sentido, até as mulheres são obrigadas a fazer serviço militar.

Assim diz Michael Reeber (2002, p.142):

Os dogmas e as leis islâmicas formam um corpo teológico e jurídico intangível. Entretanto as modalidades de sua interpretação ou de sua aplicação podem variar em virtude dos contextos socioculturais. Por seus dogmas, seus ritos e suas normas, o islamismo engloba e governa todos os domínios da existência individual e comunitária, sendo, como já foi dito, inseparavelmente din (religião), dawla (modo e sistema de governo) e dunya (vida cotidiana de cada instante no mundo em que vivemos).

E ainda:

As prescrições islâmicas foram codificadas sob a forma de obrigações e proibições. [...] compreendem os cinco pilares (dupla atestação de fé na unicidade de Deus e na missão profética de Maomé, as cinco preces

cotidianas, a esmola canônica, jejum do mês de ramadã, a peregrinação à Meca). [...] As principais proibições correspondem aos pecados mais graves chamados kuba'ir (grandes): o shirk (associar uma divindade a Deus), o assassinato, o adultério, o roubo e a injustiça.

Os muçulmanos são conhecidos pelo radicalismo das leis e costumes religiosos. Dentro do islamismo, há a divisão entre os sunitas e xiitas, sendo a maioria da primeira e a minoria segue a segunda.

Na história do islã, aqueles que tem maior conhecimento jurídico são também elevados a líderes religiosos, por se valer do grande conhecimento que tem. E como líderes, pregam que todos devem ser inteiramente submissos aos ensinamentos de Deus, sendo esta a razão dos conflitos religiosos.

Porém, há um mal-entendido com a imagem dos islâmicos no Ocidente: quando houve as cruzadas, os cristãos queriam submeter os islâmicos ao cristianismo, porém, o islamismo prega a paz, fugindo de guerras que eles comecem, permitindo apenas a defesa. Entretanto, o Ocidente sempre acompanhou as duras penas para quem desobedece os ensinamentos do Alcorão. A pena mais comum aplicada é aos adúlteros, que apedrejam ou açoitam a mulher em local público até a morte, ou perto dela, e matam o homem de várias maneiras, podendo ser apedrejado com ela.

Tirando essas diferenças culturais, os muçulmanos também tem obrigações religiosas comum a todos os praticantes, conhecida como Os Cinco Pilares: oração por cinco vezes ao dia (sempre voltados à Meca), caridade (de acordo com as propriedades de cada família), jejum, e a peregrinação à Meca.

Apesar de parecerem brutais, para a política deles isso é normal, pois não há diferença entre religião e política ou moral e fé.

2.5 Cristianismo

O cristianismo é a religião das pessoas que creem que Jesus, filho de Deus, é o salvador dos homens. É uma religião monoteísta, que crê na Santíssima Trindade, que é um Deus uno formado de três pessoas: Pai, Filho e o Espírito Santo.

O livro que traz os ensinamentos de Deus e a história de Jesus é a Bíblia Sagrada, que traz o Velho e o Novo Testamento.

Como maior religião do mundo, o cristianismo tem como doutrina o amor por Jesus, o Salvador, que pregava que todos podem entrar no reino de Deus se seguirem os seus mandamentos (aqueles mesmos dados a Moisés). O cristianismo prega a salvação do mundo desde que Jesus veio à Terra para ser julgado e morto pelos homens, salvando-os de seus pecados, e para mostrar qual era o caminho para a vida com Deus.

A concentração de cristãos começou na Europa, em Roma, mas a maior parte encontra-se na América Latina, sendo o Brasil o país com mais adeptos no mundo. Há também, sendo minoria, cristãos no Oriente Médio, Índia e norte da África. Entretanto, o cristianismo divide-se em três vertentes: catolicismo, protestantismo e ortodoxia. O catolicismo é a mais seguida, apesar de que vem perdendo muitos fieis para a igreja protestante.

No início, os cristãos eram muito seguidos pelos judeus, eis que é um desdobramento desta religião. Eles caçavam e matavam crucificados os cristãos, assim como haviam feito com Jesus Cristo. Mas, ainda assim, os cristãos conseguiram expandir a religião ao redor do mundo, sendo que em alguns reinos até passaram a considerar o cristianismo como sendo a religião oriental do povo. Para isso, houve um “empurrão” de Roma nesta história, pois foi a partir deles que houve a expansão, e ela passou a fazer papel de Estado na vida das pessoas.

Quando houve muita marginalização, começou-se a abrir espaço para as cruzadas, que serviu como escapatória para tal, numa tentativa de mostrar como a fé era forte nos homens, mas na verdade foi uma luta para conquistar mais terras, e não para atrair mais fieis. Foram principalmente travadas contra os muçulmanos, gerando o conflito e ódio aos islâmicos, que, na verdade, apenas resistiram a uma reforma religiosa.

Aqueles que se recusassem a se cristianizar eram julgados e punidos com prisão, tortura, açoitados, queimados na fogueira, entre outras punições. Diante este quadro de perseguições e ganância do clero, Martinho Lutero fundou a reforma protestante, numa tentativa de se livrar da opressão da igreja católica.

A partir de então, instalou-se o início da liberdade religiosa, eis que Lutero pregava que o homem tinha que servir somente a Deus, seguindo a sua palavra, e não as tradições do homem. A igreja católica tentou reagir com a contra-

reforma, mas a igreja luterana já estava formada e não parou de crescer no mundo todo. Deste modo, os princípios políticos e religiosos, que há tanto tempo andavam juntos, tinham que mudar.

2.6 Liberdade Religiosa no Brasil

Liberdade religiosa significa ter o cidadão a liberdade de crer na religião que quiser seguir ou não seguir nenhuma, sendo a ele assegurado o direito de reunir-se com seu grupo religioso, exteriorizando o seu sentimento na crença que escolher, desde que em conformidade com a lei, sem a violá-la. Tal liberdade é assegurada por se valer da premissa de que o indivíduo pode mostrar seu sentimento através de cultos e hábitos, com as variantes de cada religião. O Brasil é um Estado laico, suportando todo tipo de religião, desde que ela não suprima os direitos fundamentais do homem. Hoje, Estado e igreja estão definitivamente separados, apesar das controvérsias.

A liberdade religiosa surgiu na Constituição Republicana de 1891 e continua prevista na Constituição Federal de 1988, sendo cláusula pétrea. Encontra-se no art. 5º inciso VIII. Por isso, a intolerância religiosa é proibida, eis que praticar uma religião ou não praticar nenhuma depende de cada cidadão. Até a Constituição Republicana de 1891, havia apenas uma religião oficial no país, que era o catolicismo e, por conta dessa influência que veio de Portugal, o Brasil é o país com mais católicos no mundo, formando 64,4% da população de 87% de cristãos.

Sendo laico, o Estado, recentemente, ordenou que tirassem de repartições públicas os objetos que remetessem a alguma religião, especialmente os crucifixos, deixando apenas os objetos pessoais dos funcionários. A ação foi criticada por muitos, mas a ordem foi muito acertada, eis que ninguém é obrigado a tem qualquer tipo de contato com tais objetos. E ainda, não se pode pender para um dos lados, ou seja, o Estado não pode escolher uma religião em seus ambientes forenses.

O princípio da liberdade religiosa tem como fundamento outros princípios também previstos na própria Constituição brasileira, tais como princípio da dignidade da pessoa humana, da igualdade, de culto, de crença, etc. Deste modo,

caminha-se para a tolerância religiosa estatal, considerando-se o que dispõe os seguintes incisos do art. 5º da Constituição Federal de 1988:

Art. 5º [...]

VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

Entretanto, a Constituição de 1824 não era bem assim. Ela previa em seu art. 5º que a religião católica apostólica romana era a religião oficial do país, podendo as pessoas exercer outras religiões, porém, desde que não as exteriorizasse em templos, exercendo-as apenas em suas casas. Deste modo, iniciou-se um processo de intolerância religiosa pelos portugueses, além da racial já existente. E neste momento, a igreja e o Estado eram parceiros políticos, cada uma “resolvendo” os contratempos da outra.

Este quadro só mudou com a intervenção de Rui Barbosa, o qual entendia que não podia manter-se tal união, visto que os interesses de uma e outra eram incompatíveis, invocando, então, a autonomia do Estado pelo Decreto 119-A.

A Constituição de 1891 nasceu laica no sistema republicano. Porém, ainda assim, instituído um Estado que adota o federalismo presidencialista democrata, este sofria influências nazistas e fascistas, incitando a intolerância na sociedade. A Constituição de 1934 manteve a mesma linha da de 1891, porém, a de 1937, instituída por Getúlio Vargas trouxe um texto diferente do anterior sobre a liberdade religiosa, dizendo que os cidadãos podiam exercê-la, desde que calcados na ordem pública e observados os bons costumes e as disposições que dizem ao “direito comum”.

A Constituição de 1946 veio para mesclar as constituições de 1934 e 1937, mantendo-se suas ideias também nas Constituições de 1964, 1967 e 1969.

Hoje, a Constituição de 1988 traz conformidade na diversidade religiosa, melhorando os conceitos das constituições anteriores. Conforme diz Maíra de Lima Mandeli (2008, p. 64):

Os dispositivos referentes à liberdade religiosa abrem o regime jurídico, com base nos seguintes pontos:

- a- liberdade de fé e confissão religiosa
- b- direito ao exercício de qualquer religião (liberdade de culto)
- c- liberdade de associação religiosa
- d- dever de neutralidade do Estado, que não só deve possuir caráter laico como também não pode favorecer, financiar ou embaraçar o exercício de qualquer religião
- e- ensino religioso facultativo

Por isso, ela institui a liberdade de pensamento, de consciência, crença e culto como precursoras da liberdade religiosa, conforme se conclui dos incisos IV e VI, garantindo cultos religiosos com proteção de seus templos de adoração e meditação, não podendo o Estado criar embaraços à sua propagação. Deste modo, a liberdade de religião é completa quando acompanhada de outros princípios, os quais fazem este direito, o de ter sua liberdade religiosa, um direito fundamental, com todas as garantias constitucionais previstas aplicadas ao indivíduo que a necessite, não sendo admitido o cerceamento deste direito àquele que o exerce corretamente, dentro da lei, não causando modificações na ordem pública.

A liberdade religiosa também é citada em tratados internacionais, pois no ambiente exterior também é preciso tratar deste assunto, eis que é discussão mundial e os estados também devem ter sua liberdade assegurada em outros países. Há previsões da liberdade religiosa na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789); na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948); no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos; na Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica); na Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Baseadas em Religião ou Crença. Infere-se que todos estes tratados ou convenções tem as redações parecidas no tocante à proteção religiosa. Cite-se, para tanto, o artigo 18.1 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos que encontra-se bem completo em relação aos outros tratados internacionais, constante na obra de Manoel Jorge e Silva Neto (2000, p. 81):

“Toda pessoa terá direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Esse direito implicará a liberdade de ter ou adotar uma religião ou uma crença de sua escolha e a liberdade de professar sua religião ou crença, individual ou coletivamente, tanto pública quanto privadamente, por meio do culto, da celebração de ritos, de práticas e do ensino”.

E ainda:

A proteção contra medidas coercitivas que venham a compelir o indivíduo a adotar uma religião está prevista no art. 18.2: “Ninguém poderá ser submetido a medidas coercitivas que possam restringir sua liberdade de ter ou de adotar uma religião ou crença de sua escolha”.

E é por isso que toda e qualquer intolerância religiosa deve ser reprimida, eis que pode vir a se tornar uma perseguição. Sendo assim, todos devem ser tratados igualmente, com respeito mútuo, independente do que a pessoa crer. Devem, entretanto, ser observados os limites do direito à liberdade de pensamento, para que uma simples crítica não se converta num ódio à algum dogma religioso ou a falta de crença em algum, podendo resultar em agressões físicas e morais.

3 CONCLUSÃO

Através do presente estudo, percebe-se que o mundo é cheio de ideias criadas pelo próprio homem para buscar o seu criador. A partir da interpretação aos livros deixados a eles, conforme cada religião, eles aprenderam a se reunir em grupos e discutir suas ideias e tentar defender um modo de vida comum a este grupo. Diante disto, aqueles que não quisessem cumprir com as vertentes ensinadas são punidos, sendo que em alguns lugares não é o Estado quem pune, é verdadeiramente a igreja.

Cada pessoa é livre para escolher a religião que queira, ou não escolher nenhuma. E isso é garantia constitucional, não podendo haver distinção legal ou moral contra uma ou outra religião.

O importante é que cada um se sinta bem onde esteja, sem repressões do Estado. A única restrição é que ela não implique em ferir os direitos fundamentais do homem. Embora o mundo tenha se modernizado e seja liberal, ainda há muita intolerância religiosa, e só seremos totalmente tolerantes quando todos os homens estudarem cada uma e deixar a ignorância para trás, pois a sociedade não pode retroceder à época de guerras e perseguições religiosas, de modo que o cidadão não tenha nem liberdade para pensar. Por isso, é de extrema importância entender

cada uma delas para poder discutir o certo e o errado de maneira civilizada, mas respeitando a opinião de cada um.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Budismo. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Budismo>. Acesso em 30/04/2013.

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética: direito, moral e religião no mundo moderno.** – 2ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006, 716p.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia: história e grandes temas.** – 15ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2002, 336 p.

GARCIA, Luciana Ascêncio. **Liberdade Religiosa.** Normalização de apresentação de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2002 – Presidente Prudente, 2002, 114p.

Islamismo. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Islamismo>. Acesso em 29/04/2013.

Judaísmo. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Judaismo>. Acesso em 30/04/2013.

MANDELI, Maíra de Lima. **Liberdade religiosa.** Normalização de apresentação de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2008 – Presidente Prudente, 2008, 80p.

MESSINETTI, Giovanna. **As Crenças e suas Influências nos Direitos e Garantias Fundamentais.** Normalização de apresentação de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2005 – Presidente Prudente, 2005, 70p.

REEBER, Michel. **Religiões: termos, conceitos e ideias.** – Rio de Janeiro: Ediouro, 2002, 291 p.

SILVA NETO, Manoel Jorge e. **Proteção Constitucional à Liberdade Religiosa.** – Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008, 182 p.

Sistemas de castas da Índia. Disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Sistema_de_castas_da_India. Acesso em 01/05/2013.
Acesso em 28/04/2013.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética.** – 31^a ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, 304 p.